



PROJETO BÁSICO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA E DESOBSTRUÇÃO DE REDES DE ESGOTO EM DIVERSOS LOGRADOUROS NA ORLA DO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI.

Projeto Básico: Nº 581 /2025

Sumário

1. OBJETO	3
2. JUSTIFICATIVA.....	3
3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	3
4. LOCAL DE EXECUÇÃO	3
5. ESCOPO DAS ATIVIDADES	4
6. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO	4
7. VIGÊNCIA.....	4
8. PRAZOS DE EXECUÇÃO	5
9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	5
10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	5
11. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA	5
12. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	6
12.1 SUBCONTRATAÇÃO.....	6
12.2 CONSÓRCIO.....	7
12.3 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO	7
12.4 PARCELA DE RELEVÂNCIA.....	8
12.5 GARANTIA DE PROPOSTA (CONDIÇÃO DE PRÉ-HABILITAÇÃO)	8
13. OBRIGAÇÕES:.....	9
13.1 DA CONTRATADA:	9
13.2 DA CONTRATANTE:	12
14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	12
15. DISPOSIÇÕES DAS PROPOSTAS E JULGAMENTO	13
16. SANÇÕES:.....	15

1. OBJETO

O presente projeto básico tem por objeto a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza de fossa séptica e desobstrução de redes de esgoto em diversos logradouros na orla do município de camaçari.**

A execução dos serviços, seguirá as descrições técnicas constantes nas planilhas orçamentárias e especificações complementares do Anexo Único deste TR, cronogramas físico-financeiros e demais documentos técnicos que compõem este termo.

2. JUSTIFICATIVA

O objeto da contratação visa garantir a coleta, transporte e destino final dos resíduos das fossas, que serão realizados de modo seguro, evitando a contaminação do meio ambiente e a transmissão de doenças.

Faz-se necessária a contratação de empresa especializada em limpeza de fossa séptica para que seja realizada manutenção nas fossas localizadas no município de Camaçari. A manutenção preventiva evita que o esgoto corra a céu aberto, polua o solo, entre em contato com as pessoas e transmita doenças. O saneamento básico é um direito da população e faz parte da saúde pública.

As fossas sépticas dos imóveis recebem diariamente uma quantidade de dejetos, logo se faz necessário mantê-las desentupidas, limpas e devidamente esgotadas, permitindo assim um ambiente adequado para a utilização de todos que reside nos imóveis, tendo como foco principal preservar a saúde de todos

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- Lei Federal 14.133/21 e suas alterações
- Decreto Municipal nº 7903/2023
- Lei Municipal n.º 803 de 11 de julho de 2007
- Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores;
- NORMAS ABNT, cabíveis aos serviços de construção civil, em especial a NR18

4. LOCAL DE EXECUÇÃO

Orla do município de Camaçari.

5. ESCOPO DAS ATIVIDADES

A empresa contratada deverá realizar a manutenção nas fossas obedecendo a cronograma da SEINFRA. A limpeza adequada da fossa exige o uso de uma bomba de alta pressão para fazer a sucção dos dejetos. Se o equipamento não apresentar potência suficiente para o serviço, os dejetos poderão ficar espalhados pelo local, dificultando a remoção posterior. Vale dizer ainda que, se o material estiver muito sólido, ele precisa ser diluído em água, a fim de não danificar a bomba de sucção.

A Contratada destinará os dejetos de acordo com a Legislação Ambiental vigente e de acordo com as recomendações da Vigilância Sanitária

Os materiais resultantes de restos dos serviços deverão ser descartados pela CONTRATADA em local apropriado, devidamente licenciado do ponto de vista ambiental, de acordo com o estabelecido no Art 20 do Decreto Municipal nº 4271/2006.

6. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Todos os serviços a serem desenvolvidos deverão atender à legislação vigente, às Normas ABNT, às especificações deste edital e normas e cadernos de encargos operacionais da Contratante, e à Ordem de Serviço e seus anexos.

- Na ausência de normas brasileiras deverão ser usadas as normas internacionais cabíveis.
- Todos os trabalhos serão gerenciados e coordenados pela equipe de gerenciamento da Contratada, assessorando-se tecnicamente com os técnicos da Contratante.
- Os serviços serão ordenados em função das demandas de obras e serviços específicos desta licitação em atendimento às programações do planejamento operacional da Contratante.
- Os técnicos da Contratante envolvidos com os trabalhos, deverão ter livre acesso aos trabalhos em qualquer fase de sua elaboração, sem prévio aviso.
- O prazo de entrega de cada etapa é definido em dias corridos, contados a partir da entrega de cada ordem de serviço.

7. VIGÊNCIA

O prazo de vigência/duração do contrato é de 14 (catorze) meses a contar da data de sua assinatura, em conformidade com o disposto nos Art. 106 da Lei 14.133/21, e por se tratar

de prestação de serviços contínuos, o Contrato poderá ser prorrogado de acordo com a previsão contida no Art. 107, também desta mesma Lei.

8. PRAZOS DE EXECUÇÃO

Conforme o Cronograma Físico-Financeiro, o prazo total estimado para execução é de 12 (doze) meses, com etapas mensais de execução física e desembolso financeiro, contados a partir da ordem de serviço – OS.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura (na forma da legislação em vigor), devidamente atestada pelo órgão solicitante, correspondente aos serviços efetivamente fornecidos e medidos parcialmente conforme ordens de serviços emitidas e respectivos boletins de medição.

Havendo erro na fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa para que a Contratada adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data de reapresentação da fatura, devidamente corrigida.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajuste de preço.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor total estimado para a contratação é de: **R\$ 4.792.247,04** (quatro milhões setecentos e noventa e dois mil duzentos e quarenta e sete reais e quatro centavos), abrangendo mão de obra, insumos, encargos e BDI calculado segundo o **Acórdão TCU nº 2622/2013**.

Projeto/Atividade: 4082

Elemento de Despesa: 33903900

Fonte: 1500

11. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, os critérios de habilitação técnica têm por finalidade comprovar que a licitante possui qualificação técnica compatível com a adequada execução do objeto contratual.

A licitante deverá apresentar, para fins de habilitação:

- a. Licença ambiental para atuação, emitida pelo órgão competente, de acordo com a Resolução n. 237/CONAMA, de 19 de dezembro de 1997 que regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente;
- b. Apresentar autorização, contrato ou aceite de resíduos do local de destinação final de resíduos em local autorizado, de acordo com a Legislação Ambiental, bem como apresentar a respectiva Licença Ambiental do local, expedida por Órgão Ambiental competente;
- c. Apresentar declaração de que seus colaboradores (motoristas e ajudantes) possuem a devida capacitação para a execução dos serviços ora licitados;
- d. Atestados(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de Direito Público ou Privado que comprove(m) a capacidade e aptidão da proponente para desempenho de atividade pertinente e compatível ao objeto deste Termo de Referência, ou seja, prestação de serviços de limpeza de fossa séptica, limpeza de caixa de gordura e desentupimento na tubulação do esgoto.

O (s) atestado (s) apresentado (s) em atendimento para com à exigência da alínea "b" do subitem deste Termo de Referência deverá(ão) conter no mínimo o CNPJ e endereço da entidade emitente, além de conter a data de emissão, o nome, função e telefone da entidade emitente.

A licitante poderá apresentar quantos atestados forem necessários para a comprovação da exigência.

A comprovação de capacidade técnica estará sujeita à confirmação da veracidade de suas informações por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 63, I, II e III da Lei n. 14.133/2021.

12. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

12.1 SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, tendo em vista não ser possível fracionamento dos encargos/obrigações constantes neste Termo de Referência, conforme Lei Municipal nº 803 de 11 de julho de 2007.

12.2 CONSÓRCIO

- Considerando a natureza do objeto da presente contratação, que exige execução uniforme, atuação centralizada e responsabilidade técnica indivisível, não será admitida a participação de consórcios no certame.

A vedação justifica-se pelos seguintes motivos:

- **Unicidade da Responsabilidade Técnica e Operacional:** O objeto demanda controle técnico contínuo, com responsabilidade única pela execução, o que inviabiliza a divisão de atribuições entre consorciados e dificulta o acompanhamento, a fiscalização e eventual responsabilização.
- **Complexidade Administrativa na Gestão Contratual:** A participação de consórcios implicaria a necessidade de análise de documentos adicionais (contrato de constituição, garantias compartilhadas, etc.) e dificultaria o gerenciamento do contrato, inclusive para aplicação de sanções e exigência de responsabilidades contratuais.
- **Razoabilidade e Eficiência:** Com base no princípio da eficiência e no dever de planejamento, opta-se por vedar consórcios a fim de reduzir riscos contratuais, simplificar a gestão do contrato e garantir a celeridade na execução.
- **A ausência de consórcio** não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios só é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade técnica ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Portanto, em consonância com o artigo 15, da Lei nº 14.133/2021, e fundamentado na necessidade de garantir a adequada execução contratual com segurança técnica e jurídica, justifica-se a vedação à participação de consórcios nesta contratação.

12.3 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Será exigida a prestação de garantia contratual, nos termos dos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

12.4 PARCELA DE RELEVÂNCIA

Considerando a natureza do objeto licitado e a análise da Curva ABC de Serviços, identificaram-se itens de alta representatividade no custo total da contratação, além de demandarem domínio técnico e operacional especializado.

Dentre os serviços listados, destacam-se como parcelas de maior relevância técnica aquelas indicadas.

Essas parcelas, além de expressivas em valor, são estruturalmente essenciais para a segurança, funcionalidade e conservação dos prédios públicos, exigindo conhecimento técnico comprovado, capacidade de planejamento, gestão de recursos e execução conforme as normas técnicas aplicáveis às edificações. A falha na execução de qualquer desses serviços compromete diretamente a integridade física das estruturas, o conforto dos usuários e a continuidade dos serviços públicos ofertados nesses espaços.

Dessa forma, faz-se necessária a exigência de comprovação de experiência anterior na execução dessas parcelas, como condição de habilitação técnica das licitantes, nos termos do art. 67, §1º da Lei nº 14.133/2021, que permite exigir aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto licitado, notadamente aquelas tecnicamente mais relevantes.

Art. 67, §1º, Lei 14.133/21 – “Poderá ser exigida dos licitantes a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, inclusive por meio da exigência de que a pessoa jurídica tenha executado anteriormente parcela de relevância técnica.”

A adoção desse critério busca assegurar a seleção de empresas tecnicamente aptas, reduzindo riscos contratuais, garantindo a execução conforme os padrões estabelecidos e protegendo o interesse público por meio da adequada aplicação dos recursos municipais.

12.5 GARANTIA DE PROPOSTA (CONDIÇÃO DE PRÉ-HABILITAÇÃO)

Na forma prevista no Art. 58 da Lei 14.133/21, será exigida, como condição para participação nesta licitação, a apresentação de garantia de proposta, com prazo de validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da abertura da licitação, e valor de 1,00% (um por cento) do valor estimado.

Conforme § 4º do Art. 58 da Lei 14.133/21, a garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 desta Lei. Portanto, para fins de manutenção do

PROJETO BÁSICO Nº 581/2025

sigilo das licitantes, o procedimento para apresentação desta garantia, será o indicado a seguir e conforme a modalidade escolhida:

- no caso de **caução em dinheiro** deverá ser feito depósito, em conta a ser indicada pelo Setor Financeiro da Prefeitura de Camaçari, e o número do respectivo comprovante será indicado no campo OBSERVAÇÕES, do sistema de licitações do BB, sem identificação da licitante;
- no caso de **títulos da dívida pública** deverá ser indicado o número e/ou código do registro centralizado da liquidação, no campo OBSERVAÇÕES, do sistema de licitações do BB, sem identificação da licitante;
- no caso **seguro-garantia**, deverá ser indicado o número e/ou código de identificação da apólice de seguro, bem como o nome da SEGURADORA, no campo OBSERVAÇÕES, do sistema de licitações do BB, sem identificação da licitante;
- no caso de **fiança-bancária**, deverá ser indicado o número e/ou código de identificação da carta de fiança, bem como o nome do banco ou instituição financeira, no campo OBSERVAÇÕES, do sistema de licitações do BB, sem identificação da licitante;
- no caso de **título de capitalização**, deverá ser indicado o número e/ou código de identificação do título, bem como o nome da Entidade, devidamente autorizada pela SUSEP, no campo OBSERVAÇÕES, do sistema de licitações do BB, sem identificação da licitante;

Para manutenção da condição de pré-habilitado e de ter participando do processo licitatório, as licitantes que enviaram propostas, deverão obrigatoriamente, a até 02 (duas) horas após o encerramento da sessão encaminhar via email (COMPEL SECAD) licitacao.obras@camacari.ba.gov.br e/ou anexar no próprio sistema de licitações, a garantia de proposta em conformidade com a indicação anterior no campo OBSERVAÇÕES, sob pena de ser inabilitada e sofrer as sanções cabíveis, inclusive processo administrativo de inidoneidade (declaração falsa) junto ao Município.

13. OBRIGAÇÕES:

13.1 DA CONTRATADA:

- a) Cumprir com as condições deste instrumento contratual, do Termo de Referência - Anexo I deste Edital e proposta da CONTRATADA, que fazem parte deste Contrato,

- independente de transcrição;
- b) Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com EPI's;
 - c) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - d) Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
 - e) Não utilizar este contrato, como garantia de qualquer operação financeira, a exemplo de empréstimos bancários ou descontos de duplicatas;
 - f) Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralizações na execução dos serviços, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de quarenta e oito horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE;
 - g) Responder, por qualquer danos que venham a causar à União, Estado, Município ou a terceiros, em função do objeto do contrato firmado;
 - h) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, incluindo alimentação, pessoal, fardamento, equipamentos de proteção individuais adequados e identificação funcional de seus funcionários, sem qualquer ônus à CONTRATANTE;
 - i) A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
 - j) Responsabilizar-se e arcar com as despesas de manutenção dos veículos, inclusive substituição e reposição de peças, pneus e acessórios, incluindo os custos com motorista e combustível e todos os demais custos inerentes à execução do serviço;
 - k) Arcar com todas as despesas oriundas de IPVA, emplacamentos, licenciamentos, seguro obrigatório e demais impostos e taxas referentes aos veículos;
 - l) Os veículos deverão possuir toda a documentação de porte obrigatória, bem como o comprovante da apólice de seguro;
 - m) Os veículos locados deverão contar com Seguro de Proteção Total em caso de roubo, furto, colisão, choque, tombamento e incêndio, por conta da empresa vencedora, incluindo proteção adicional a danos materiais e bens de terceiros e danos pessoais a

- terceiros e aos ocupantes dos carros locados;
- n) Dispor de ferramentas para auxiliar a execução dos serviços como: alavancas, picaretas, pás, entre outras em todos os veículos;
 - o) Apresentar documento comprobatório de cada descarte efetuado, emitido pela empresa recebedora, devidamente habilitada;
 - p) Os veículos deverão, além do motorista, ter ajudante especializado para execução dos serviços. Todos os funcionários da contratada deverão portar os equipamentos de proteção individual (EPI) adequados, além de se apresentarem devidamente fardados e identificados com crachás ou outro similar;
 - q) Os motoristas deverão ter idade superior a 21 anos, serem habilitados na categoria D e possuírem CERTIFICAÇÃO para Movimentação e Operação de Produtos Perigosos (MOPP), emitida por empresa homóloga pelo DETRAN. Os ajudantes deverão ter experiência mínima de 06 (seis) meses na função comprovada na carteira profissional;
 - r) Os caminhões deverão ser sinalizados com as marcas e logotipos da Prefeitura Municipal de Camaçari, em ambas às portas. A contratada deverá arcar com as despesas da confecção dos adesivos a serem impressos que deverão estar de acordo com os modelos que serão fornecidos pela SEINFRA quando da emissão da Ordem de Serviço;
 - s) Os caminhões deverão ser dotados de sistema de rádios de comunicação para melhor desempenho das atividades podendo ser tipo celular com sistema de rádio onde deverá ser fornecido um equipamento ao preposto designado pela SEINFRA , visando assim reduzir custos de telefonemas para celular;
 - t) Apresentar fichas de entregas de EPI's, além da comprovação de treinamento do seu uso e conservação;
 - u) Comprovação da propriedade dos veículos a serem utilizados em nome da Contratada, para execução dos serviços, do exercício vigente, através de apresentação do CRLV ou DUT e comprovação de que não possui nenhum tipo de restrição administrativa ou judicial, ou de qualquer outra natureza que possa interromper a utilização do equipamento;
 - v) Os veículos, deverão ter cobertura de seguros contra terceiros, comprovado através de apólices e serviços de rastreamento dos veículos, comprovado através de contrato de prestação de serviços com firma reconhecida do emitente, sem dispor de quaisquer custos para a CONTRATANTE;
 - w) Apresentar Certificado de Capacitação para o transporte de produtos perigosos do

motorista do veículo.

- x) Iniciar os serviços deverão em até 48 (quarenta oito) horas após recebimento da OS Ordem de Serviço, Nota de Empenho ou documento equivalente.

13.2 DA CONTRATANTE:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, dar ateste aos mesmos, que certifica o recebimento provisório;
- b) Ativar ou desativar o Contrato mediante emissão pelo Secretário da Infraestrutura, do instrumento de Ordem de Serviço que estabelecerá a relação de serviços autorizados e prazos para sua execução.
- c) Indicar o representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como para atestar o recebimento dos serviços;
- d) Emitir Ordens de Serviço parciais instruindo a execução progressiva dos trabalhos, as quais, por sua vez, farão parte da documentação de comprovação dos serviços realizados juntamente com o Boletim de Medição, a Memória de Cálculo dos quantitativos, e Relatório Fotográfico do estado do local antes e depois da realização dos serviços.
- e) Rejeitar todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.
- f) Comunicar todas e quaisquer irregularidades ocorridas na execução do Contrato, e exigir as devidas providências que demandem da Contratada.
- g) Aplicar sanções à Contratada em caso de irregularidade constatada na execução do Contrato.
- h) Providenciar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nos prazos acordados, e de acordo com as Notas Fiscais / Faturas emitidas e atestados os recebimentos do fornecimento dos materiais.
- i) Dar instruções específicas no que diz respeito às atividades da Contratante, onde haja envolvimento de empregados da Contratada.

14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- a) A gestão e fiscalização dos serviços serão realizadas pela Secretaria de Infraestrutura -

SEINFRA, para verificação do cumprimento das Cláusulas Contratuais e terão poderes para verificar e exigir o seu fiel cumprimento, sendo que sua ausência ou eventual omissão não eximirá a CONTRATADA dos compromissos e obrigações assumidas perante a CONTRATANTE.

b) Competirá a função fiscalizadora, representando a CONTRATANTE diante da CONTRATADA no curso da implementação do presente contrato e terão poderes para verificar e exigir o seu fiel cumprimento, sendo que sua ausência ou eventual omissão não eximirá a CONTRATADA dos compromissos e obrigações assumidas perante o CONTRATANTE.

c) Competirá proceder o acompanhamento da execução dos serviços prestados, o qual atestará em termos definitivos, sua conclusão.

d) O instrumento de Ordem de Serviço será expedido pela Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA, que instruirá a execução progressiva dos trabalhos e que documentarão as comprovações dos serviços quando realizados, estabelecendo expressamente a relação e prazos para execução dos serviços autorizados.

15. DISPOSIÇÕES DAS PROPOSTAS E JULGAMENTO

- a) Os preços usados na elaboração do orçamento se mantiveram em estrita conformidade com as composições de preços e encargos sociais de sua origem;
- b) Os encargos sociais SINAPI, anexos a planilha orçamentária, só foram utilizados nas composições de preço da base SINAPI;
- c) Para elaboração da proposta de preço, a empresa deverá usar preferencialmente o encargo social SINAPI do período da licitação ou, caso possua, deverá apresentar seu próprio cálculo de encargo social;
- d) Os serviços deverão ser executados de acordo com os elementos técnicos fornecidos, Normas Técnicas da ABNT, NR 18, Normas Específicas, Legislação em vigor, Especificações, Considerações Especiais e Planilhas Orçamentárias.
- e) **Ao final da fase de lances, caso a empresa arrematante tenha registrado lance inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do preço estimado pela administração, quando convocada para apresentação da proposta realinhada, deverá encaminhar à Administração, por meio eletrônico e no prazo fixado na convocação e nesse edital, as planilhas devidamente reelaboradas: Planilha de orçamento, Composição dos**

PROJETO BÁSICO Nº 581/2025

custos unitários, Cronograma Físico-Financeiro, Detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI), Detalhamento dos Encargos Sociais (ES) e demais encargos (transporte, taxas, imposto, etc.).

f) As planilhas deverão ser apresentadas, obrigatoriamente em:

- I – em arquivo PDF pesquisável (OCR), a ser anexado na plataforma eletrônica; e
- II – em arquivo editável em formato Excel, a ser encaminhado, no mesmo prazo, para o e-mail licitacao.obras@camacari.ba.gov.br.

O não atendimento integral das exigências previstas neste item poderá ensejar a desclassificação da proposta e a convocação do próximo licitante classificado, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

- g) As composições e a planilha de preços unitários devem ser calculadas de forma que os valores totais referentes às parcelas que as compõem sejam obtidos com arredondamento em 02 (duas) casas decimais.
- h) A composição detalhada do BDI (Bonificação de Despesas Indiretas) deverá ser elaborada de acordo com os parâmetros estabelecidos no Acórdão 2622/2013 do Tribunal de Contas da União, com arredondamento de 02 (duas) casas decimais, e sua composição deverá seguir também a determinação da Lei Federal n.º 14.973 de setembro de 2024.
- i) Percentual de ISS indicado no modelo de composição de BDI, considerando as margens de alíquota previstas no Código Tributário Municipal, consideradas as possíveis deduções. Deste modo, em conformidade ao Acórdão 2622/2013 – Plenário, a Licitante deve indicar no seu BDI, percentual de custo com ISS, observando a alíquota que lhe é pertinente. A sua base de cálculo efetiva, deverá estar embasada na legislação municipal aplicável, e em sua realidade de custos com este tributo, considerando inclusive sua opção quanto a deduções ou não de materiais, vedada a alteração de critério durante a execução do Contrato sob pena de imposição de sanções previstas no instrumento contratual.
- j) Nos preços unitários propostos deverão estar inclusos todos os custos com salários, inclusive as remunerações decorrentes da prestação serviço em horas extras por parte dos empregados da Contratada, além de encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, gratificação, fardamento, alimentação, transporte de qualquer natureza, procedimentos de sinalização e segurança do seu pessoal, de equipamentos e de terceiros. Deverão estar incluídos ainda valores com organização de CIPA e demais requisitos legais de segurança e medicina do trabalho, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela

Contratada de suas obrigações, inclusive todos os custos com fornecimento de materiais e demais insumos das obras e serviços a serem realizados.

- k) O reajustamento quando ocorrer, terá a data-base do orçamento da licitação como referência, conforme previsto na Lei 14.133/21.

16. SANÇÕES:

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, de qualquer cláusula ou condições do Contrato, e demais normas técnicas pertinentes, a Contratada sujeitar-se-á, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções que poderão ser cumulativas nas hipóteses previstas em lei, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a administração pública, e rescisão do Contrato, tudo em acordo com a Lei nº 14.133/2021. A Contratada, após a fase da adjudicação e celebração do Contrato, havendo descumprimento deste, fica sujeita às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

As infrações serão consideradas reincidentes se no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da última sanção administrativa, a Contratada cometer a mesma infração, cabendo aplicação em dobro das multas correspondentes.

O descumprimento do prazo na implantação dos serviços, bem como por infringência das obrigações contratuais, ensejará a aplicação de multas.

O não envio, no prazo e na forma estabelecida neste TR da Garantia de Proposta, as licitantes que participaram do processo, sofrerão processos de sanções, na forma prevista na Lei, no que couber.

Camaçari, 12 de Dezembro de 2025.

Eng.^a Iris Dantas Miranda
Diretoria Licitações e Projetos
Mat. 838278
SEINFRA – CAMAÇARI / BA